



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Marx: crítico da questão de método			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Antônio José Lopes Alves	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>No presente trabalho se explicitará os principais lineamentos do modo como Marx no desenvolvimento da crítica da economia política na sua obra de maturidade enfrenta a chamada <i>questão de método</i>, que desde os momentos primevos da modernidade passou a ocupar o centro das discussões acerca do conhecimento. A este respeito, a partir de pesquisa empreendida em processo de doutoramento, recentemente concluído, pretende-se indicar elementos que sustentam haver no pensamento marxiano a tese de <i>antimétodo</i>. Diversos testemunhos textuais e desdobramentos teóricos da crítica da economia política realizada por Marx permitem apontar para uma posição que se distancia da tradição filosófica moderna predominante; uma verdadeira crítica da própria questão de método. Não que o problema dos procedimentos seja descurado ou rejeitado <i>in limine</i>, mas no sentido de que este sofra um reposicionamento em função daquele das determinações imanentes ao objeto que se examina. A esfera do ser, da determinação da articulação das categorias que perfazem o concreto efetivamente existente, é científica e conceitualmente anterior, de esclarecimento das pressuposições necessário, àquela da circunscrição do método.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Marx, Crítica da Economia Política, Crítica da Questão de Método			
ABSTRACT			
<p>In the present paper will explain the main lineaments of the way in the development of Marx critique of political economy in his mature work faces the named <i>question of method</i>, since the primeval times of modernity has come to occupy the center of discussions about knowledge. In this respect, from research undertaken in the process of PhD, recently completed, is intended to indicate elements that underpin be in Marxian thought the thesis <i>antimethod</i>. Several textual and theoretical developments of the critique of political economy held by Marx may point to a position that is far from the modern philosophical tradition prevalent; a <i>real critique of the question of method as such</i>. Not that the problem of the procedures to be ignored or dismissed in <i>limine</i>, but in the sense that it undergoes a repositioning according to the determinations of that immanent to the object that is examined. The sphere of being, the joint determination of the categories that make up the concrete actually existing, is scientifically and conceptually previous clarification of the assumptions necessary to that constituency method.</p>			
KEYWORDS			
Marx, Critique of Political Economy, Critique of Question of Method			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a crítica da filosofia			

O presente trabalho se refere a uma parte de pesquisa de doutoramento, cuja tese foi defendida recentemente sob o título *A cientificidade marxiana na obra de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*. Esta investigação teve como objeto o padrão de ciência que formata e determina a crítica marxiana da economia política em sua fase mais desenvolvida. O âmbito problemático não se circunscreveu propriamente à esfera metodológica, nem mesmo como capítulo de um desvendamento epistêmico, mas acabou por configurar-se numa aproximação explicativa do *estatuto das categorias* no pensamento de Marx. Um terreno, portanto, bem mais amplo, em cujas demarcações se abarca, obviamente, a questão de método. O projeto assim delimitado e efetivado teve por inspiração e orientação intelectuais e teóricas a propositura chasiniana do *Retorno a Marx*, buscando desdobrar aspectos indicados pelo pensador brasileiro, mas igualmente tentando descobrir outros aspectos da questão da cientificidade marxiana.

Neste sentido, tratou-se tanto de uma continuação quanto de um desdobramento diferenciados, animado pela proposta de aprofundar o conhecimento acerca da resolução do problema do conhecimento na reflexão teórica marxiana. O resultado a que se chegou, e ao qual se subsume necessariamente a específica temática do método, é de o talhe teórico da cientificidade da economia política a configura como uma intelecção cujo o marco principal é determinar e explicitar a *differentia specifica* dos processos sociais em sua objetividade própria. Deste modo, o caminho do conhecimento depende do feitio eminentemente particular e finito da processualidade societária em exame, seja num sentido histórico, seja num sentido ontológico. Em outros termos, a solução do conhecer está necessariamente subsumida pelas determinações que conformam e delimitam os complexos sintéticos categoriais que perfazem o objeto tomado. O que vale para o rastreamento das distinções de natureza precisamente histórica, na diversidade que comportam os desenvolvimentos das formas de sociabilidade, como igualmente para a identificação da esfera de pertinência e vigência das categorias nos diferentes momentos e modos de relação dentro de uma mesma totalidade histórico-social. Resulta disso, não haver no pensamento de Marx uma delimitação unívoca e definida em termos assertóricos acerca "do" método adequado. É possível encontrar, ao contrário, antes, a indicação de determinado *Weg*, demasiado geral, no qual o conhecimento mesmo desenha porquanto se proceda, sem a caução da suposição de autonomia transcendental da razão nem a de um figuração espiritual objetiva considerada princípio do mundo. O caminho é por isso *um dado roteiro*, sujeito aos percalços, às idas e vindas, às dificuldades próprias da lida com a objetividade do concreto que necessariamente transcendente, num sentido físico e efetivo, o sujeito real que dele se aproxima e entabula a conhecê-lo.

Nada mais distante por conseguinte, das pretensas garantias de validade, e (por que não?) *verdade, a priori* que tanto seduziu a filosofia moderna e a embalou em seu *sono gnosiso-epistêmico*.

Por um parte, o roteiro do efetivo conhecer acorda o sujeito das ilusões oníricas da autoimagem construída em torno da racionalidade autoposta e autossustentada. O que não significa, de outra parte, a interdição do conhecer, tão a gosto das tendências predominantes e ainda em alta voga na atualidade. Diversamente, a propositura marxiana "tão somente" - o que não é pouco, contudo - reposiciona a atividade cognitiva, e seus desdobramentos efetivos, num devido lugar, determinado pela *posição* concreta estatuída pela conformação particular do objeto da teoria do social. Como não é possível evadir-se ou isolar-se da efetividade em que está imerso o sujeito real do conhecimento, senão, novamente, no mundo encantado do *cogito* e de suas deidades congêneres, a apropriação teórica da realidade social se dá num conjunto de condições objetivas que podem tanto pôr no horizonte quanto retirar da vista as possibilidades de intelecção¹. A imagem do cientista não corresponde mais àquele de um analista que, dispondo de uma ferramenta *passé-partout* metodológica esquadrinhe, de sua posição autárquica, o conjunto da extensão ou de um *em-si*, ou ainda na suposição de uma continuidade necessária e homóloga entre a lógica da cabeça e a forma do existir. Ao contrário, revela-se o investigador em sua contextura de *coisa* concreta determinada às voltas com a objetividade que precisa vitalmente deslindar. Ser objetivo que não se apresenta num primeiro momento mais que um registro intuitivo e representacional, mas que não esgota nisso seu *ser existente*, tem uma dada espessura de ser, a qual se ergue como convite e desafio cognitivos. Quem conhece, situado antes do mais, como um determinado *que* concreto socialmente delimitado, forceja por conhecer e apreender em passos de aproximação que destrinche a malha plena do existir. Analisando sim, mas como um anatomista, as fibras determinativas que tecem urdidura e trama do objeto, para descobrir e fazer visível as formas específicas de *Dasein* que perfazem o tecido vivo da realidade social. Anatomia que se concretiza na vigência inarredável da corporalidade particular que é fendido desde suas mais imediatas epidermes até o conjunto de elementos e funções que se conectam pelas vias da construção efetiva de relações históricas de produção da vida humana. O que torna manifesto também o alcance da analogia travejado pela estrutura ontológica particular do social em diferença com o orgânico, ao mesmo tempo em que afasta qualquer suspeita de uma suposta orgânica da sociabilidade. A sociabilidade, como conjunto de relações, existe efetivamente se reproduz no tempo pela via das próprias interações concretas dos indivíduos sociais na configuração particular, no caso do mundo do capital, dada pela viger das classes. E a analogia cessa aí. Não se recobre o social pelo orgânico, assim como não se abre a alameda ao sentido oposto. Produção que é da interatividade objetiva, a vida societária não tem num suposto princípio único ou determinador a sua essência para atualizar-se, mas é de natureza

¹ Não se delonga aqui muito acerca da questão da *posição* (*Standpunkt*) que determina o conhecer como posicionamento social, na medida em que esta apresentação se ocupa mais especificamente da descrição crítica do conhecer como atividade *in actu*. Para maiores esclarecimentos especificamente sobre a questão do *Standpunkt* em Marx: Cf. Alves, A.J.L. *A questão do Standpunkt na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política*, In *Verinotio*, n. 12, 2011, p. 87 a 93.

transiente e mutável, na medida das transformações das condições historicamente produzidas e mobilizadas pelos homens reais. Que se retenha esta última observação como advertência às interpretações enviesada ou mesmo à má-fé da imputação.

O caráter da pesquisa supracitada, bem como os resultados nela obtidos, e que aqui serão apresentados, permitem definir que o problema do conhecimento, em Marx, não resolve por sua remissão, nem muito menos sua redução, àquele do método. O que se observa é exatamente o afastamento explícito para com o padrão epistemológico da reflexão filosófica dominante acerca da cientificidade. Essa objeção à tradição preponderante é das “leituras” se dá num duplo registro. Primeiro como oposição ao vínculo imediato a Hegel, não, evidentemente, na direção de uma total inexistência de relação, mas tentando demonstrar a distancia crítica, de natureza ontológica, que os separa. O que permite, ao mesmo tempo, preservar “o Hegel” que há na reflexão marxiana, e em nada traz prejuízo em que esteja lá. Segundo, talvez o mais complicado, mas exigido pelo primeiro lado da polêmica, a apresentação do que anteriormente já foi referido como *antimétodo* em Marx. Ou seja, não apenas o método marxiano não é um derivado da dialética de Hegel – ou de qualquer outra –, mas que a própria questão de método perde o sentido em Marx, se posta nos termos tradicionais desde Descartes ou Kant. Neste momento é possível situar de modo mais exato o significado radical da distinção do pensamento marxiano com relação à tradição que lhe é imediatamente anterior, uma vez que a posição de que Marx, por assim dizer, desmonta o *discurso do método*. Sendo um tanto ousado, e arriscado, poderíamos dizer mesmo que em Marx não há a operação de um método, de um conjunto de procedimentos que conformem a subjetividade científica qualificando-a ao conhecimento do verdadeiro. “Não há estrada real {*Landstraße*} para a ciência”, adverte Marx no prefácio à edição francesa de O Capital, não havendo assim um caminho único, privilegiado ou previamente configurado de acesso à cognição de mundo. A seguir, arremata afirmando que, “só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (MARX, 1998, p. 31).

O ponto de partida de nossa recusa da leitura epistemologista da obra marxiana se ancora, conforme se explicitou no primeiro capítulo desta tese, na conquista teórica produzida por José Chasin no interior de sua proposta filosófica de “retorno a Marx”, cujos primeiros resultados analíticos se acham consolidados em seu “Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, publicado, inicialmente, como posfácio a Pensando com Marx, em 1995. Neste escrito, Chasin expõe o que denomina de “ontologia estatutária”, determinação do caráter presente na obra marxiana, a qual se apresenta como produto de uma década e meia de pesquisa rigorosa na obra de Marx, em especial às questões relativas ao processo de formação do pensamento marxiano em suas feições próprias. Neste sentido, os estudos de Chasin se situam nos antípodas das correntes

majoritárias, uma vez que se propõe à “escavação” cuidadosa dos escritos marxianos. Busca encontrar, nos próprios textos e termos de Marx, o padrão de racionalidade que os conforma e que, ao mesmo tempo deles resulta.

Mas qual a natureza desta ontologia, desta referência teórica ao ser das coisas e a forma de ser dos entes? Metafísica? Hermenêutica? Fenomenológica? Estatutária. Numa palavra, antissistêmica, não afeita a construções apriorísticas nem exercitada como puro jogo de categorias. Tema pela primeira vez levantado por Lukács, num dos capítulos de sua última obra (*Para uma Ontologia do Ser Social*)², a existência de uma “ontologia” na obra marxiana, e das relações desta com a questão de método, foi também objeto de exame rigoroso no texto chasiniano acima referido. Chasin, seguindo os passos analíticos e os indicativos recolhidos da própria obra de Marx acerca desta questão, em especial os contidos em *Introdução de 1857*, desenvolve um exame cuidadoso das principais determinações dos procedimentos marxianos, buscando configurar um esboço de conjunto desta problemática. Pesquisa atenta, a qual se teve por motivação certas observações lukacsianas, em muito acabou por superá-las, e, em certa medida, corrigi-las. A este respeito, Lukács explicitamente termina por confinar o caráter ontológico da obra marxiana em termos bastante tradicionais e acadêmicos dentro de contornos usuais na filosofia, em sua relação como ponto de partida e arrimo de um sistema. Além disso, há também uma demasiada aproximação a Hegel, através da postulação de que haveria neste último uma ontologia tendente ao efetivo, por ele não desenvolvida, desvirtuada pelo esquematismo lógico, a qual teria sido recolhida e modificada por Marx no sentido da apreensão do mundo concreto por si. Chasin, ao contrário, baseando-se no que denomina *três críticas ontológicas*, da política, da especulação hegeliana e da economia política, produzidas por Marx, pretende mostrar o movimento de constituição do pensamento marxiano em exata oposição ao idealismo. Não apenas, e em primeiro lugar, metodologicamente, mas do ponto de vista da questão do ser. Em Hegel há uma identidade entre Ser e Ideia, em Marx não. Haveria no pensamento marxiano uma prioridade na ordem do ser do mundo efetivo em relação às formas de consciência e idealidade. Não há um princípio racional que explique o mundo e se realize por meio da história, ao revés, há a história efetiva da produção humana de mundo, atravessada por toda sorte de contradições e tensões. Como padrão de reflexão que apreende e reproduz a trama do real, os fundamentos do pensamento marxiano não podem se articular num sistema ou esquematismo, mas num conjunto de evidências e proposições gerais, obtidas pela própria pesquisa do mundo.

Neste sentido, clarifica-se como improcedente supor à base da crítica da economia política uma forma de lógica ou de sistema de categorias qualquer construído *a priori*, independentemente

² Cf. Lukács. *Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, Editora Ciências Sociais, São Paulo, pp.11-17.

de sua sofisticação ou de permitir uma compreensão de algum tipo da contraditoriedade imanente ao real. Em havendo a explicitação de elementos contraditórios na ordem do capital pelo pensamento marxiano, e há, com certeza, tais traços, antes de configurarem um princípio de inteligibilidade puro ou de indicar uma substância, pertencem ao caráter imanente das coisas abordadas. Em Marx, a contradição não é um postulado metodológico *a priori*, nem é regra de procedimento (tratar o mundo pela “ótica” da contradição), mas é característica da síntese efetiva que preside a existência concreta de dados produtos humanos numa sociabilidade atravessada por um tipo específico de determinações. Assim sendo, em havendo algo de “dialético” na obra marxiana, não é seu método, mas a própria coisa, objeto de estudo. Não se trata aqui da operação, mediante a qual um determinado conteúdo seja conformado no ato de sua abordagem por uma teoria geral ou lógica da contradição de qualquer espécie. Muito ao contrário, trata-se da investigação do objeto, que parte de sua forma de existir a mais imediata, como se apresenta efetivamente, seu *Dasein*, para, a partir daí, descortinar por meio da análise de suas determinações a sua forma essencial, a qual é contraditória. Por exemplo, a mercadoria, um ente atravessado em sua essência pela contradição entre valor de uso (conjunto de propriedades concretas que a tornam aptas a satisfazer alguma necessidade social) e, por outro lado, valor (propriedade social que a torna trocável por outro produto qualquer). Não é uma lógica da contradição que rege a pesquisa, mas é esta última que desvela, ou não, a contradição imanente à forma da mercadoria.

E aqui cabe um esclarecimento. Não se trata, é evidente, de afirmar uma dialética da materialidade, independente de saber-se o que seja isso, ou mesmo da sua existência ou não, mas de explicitar a posição reciprocamente contraditória das determinações na imanência da *forma mercadoria*. Forma que não pode ser identificada como "natural" aos produtos *como* produtos, mas é assumida por estes em seu *existir* concreto no modo de produção capitalista. Neste sentido, é igualmente patente que não é a cadeira, por exemplo, em sua materialidade concreta, como coisa feita deste ou daquele material, que possui uma articulação contraditória de determinações, como poderia supor-se partindo de um materialismo abstrato e empiricista (“dialético” ou não), mas a é da sua existência, objetiva, como mercadoria. A contradição se afirma como cerne da forma de ser das coisas como mercadoria, e não apenas por serem resultados do trabalho humano. Que a forma mercadoria apresente consequências efetivas – limitadoras ou promotoras de desenvolvimento – para a própria produção humana é outra questão, a qual concerne à relação progressivamente contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e a prevalência das relações capitalistas de produção. O que confirma e não nega, pois que determina de maneira precisa seu estatuto, o caráter efetivo e objetivo da contradição no pensamento marxiano. Pois, uma vez que a compreensão daquela se instaura de maneira diversa seja da questão de método moderna, de

Descartes a Kant, seja da identidade entre método e desenvolvimento real, tese que atravessa o sistema hegeliano.

É neste diapasão que Marx afirma no posfácio à segunda edição de O Capital que

Meu método dialético, em seu fundamento {*Grundlage*}, não é somente diferente do hegeliano, mas é também seu oposto direto {*direktes Gegenteil*}. Para Hegel, o processo do pensamento {*Denkprozeß*}, que ele, sob o nome de ideia {*Idee*}, transformada num sujeito autônomo, é o demiurgo do efetivo {*Wirklichen*}, este apenas a sua manifestação externa (MARX, 1998, 23, p. 27).

Ou seja, a distinção entre Marx e Hegel se dá num nível muito mais essencial que aquele circunscrito à esfera dos procedimentos. O fundamento hegeliano é a da identidade entre ser e ideia antes referida. Identidade que inverte a relação de determinação real entre ser e pensar, fazendo do primeiro um modo de ser particular ou fugidio, e em si inconsistente de manifestação do segundo. É a postulação de um ser para além dos entes, à parte deles, o qual o determina a multiplicidade de coisas e processos como a série de modos contingentes de seu aparecer. Por isso, a história humana, em Hegel, é fenomenologia da substância racional automovente, uma coisa/pensamento autônoma e viva. Para Marx, continuando o texto acima citado, “pelo contrário, o ideal {*Ideelle*} nada mais é senão o material transposto {*übersetzte*} e traduzido {*umgesetzte*} para a cabeça do homem” (MARX, 1998, 23, idem). Resulta disso que a natureza da teoria é *tradução* da coisa enquanto efetivamente existente para a forma do pensamento. Sendo assim, a explicitação de uma lógica, de um modo de ser específico de um ente específico. Não há uma homologia direta entre ser e idealidade, entre o processo pelo qual a coisa é o que ela é e aquele outro através do qual a rede de suas determinações é abordada e apropriada conceitualmente pela cabeça. Neste sentido, também no posfácio, numa conhecida passagem, a qual é tomada (e traduzida) unilateralmente, Marx arremata a discussão. Assevera que em Hegel a dialética em sendo um processo de desenvolvimento da Ideia, de um ente da pura razão, que por suas mais variadas diabruras põe efetivamente o mundo, “ela”, a dialética, “está assentada sobre a cabeça [*steht bei ihm auf dem Kopf*]. É preciso invertê-la [*Man muß sie umstülpen*], para que possa ser descoberto o seu núcleo racional [*rationellen Kern*] envolvido no invólucro místico” (MARX, 1998, 23, ibidem). Em outros termos, não se trata de uma inversão de cunho metodológico ou lógico, mas remete à ordem de determinação dos entes como tais. Ao invés de assentar as categorias “na cabeça”, isto é, na racionalidade pura da substância ideal, deve-se assentá-las na efetividade do mundo. Da razão como postulado à forma de ser como descoberta, eis a rota do distanciamento entre Marx e a especulação hegeliana, e permite o descortino tanto dos méritos do “grande pensador” quanto das mazelas que pervertem as conquistas teóricas.

Assim, “núcleo racional” – a evidência da contradição e da dinamicidade como traços imanentes aos modos de ser e aparecer – é ferido de morte pelo invólucro místico, a transformação de um caráter dos entes em substância que lhes subjaz, para aquém e para além deles. Sendo entes e processos tão somente formas de aparecer, ainda que necessárias, da substância. Neste sentido, acaba por tomar uma face eminentemente conservadora na medida em que faz do desenvolvimento efetivo tão somente momento do evoluir da substância mística, uma etapa de realização da racionalidade posta desde o princípio como pressuposto e não como conquista possível. Como resultante mais que conhecida tem-se a santificação do existente em nome da razão pressuposta em todo processo e o estancamento da própria mudança.

Nada mais distante disso que a compreensão das categorias como *Daseinsformen*, formas de ser (de estar aí) – e não *do ser* – *Existenzbestimmungen*, determinações de existência, como aparece explicitado pela primeira vez em Introdução de 1857³, aos *Grundrisse*, a qual aparece plenamente exercitada em O Capital⁴. As categorias não são entes da pura razão, existentes apenas e diretamente na forma conceitual ou como regras de ação dos sujeitos, mas são formas de ser da efetividade que podem ser capturadas e transformadas em conceitos. No contexto estrito definido pelo conhecer, produção de conceitos pela atividade da cabeça humana, os quais correspondem, ou não, na forma do pensamento, ao fim do processo, ao objeto concreto abordado. É um roteiro que vai da coisa enquanto complexo imediato de determinações, o concreto tal qual se apresenta, a população ou a mercadoria, por exemplo, à reprodução de sua articulação íntima e imanente como concreto representado no pensamento. No final, o que se deve ter é a apreensão das relações sociais de produções e das classes nelas implicadas, bem como do valor como determinação social da mercadoria em contradição com o valor de uso. Das categorias na forma do ser (*in der Form des Seins*) àquelas do pensamento e da racionalidade. Pressuposto aqui está evidentemente a posição do real e do ser como objetividade, como complexo de categorias, de determinações articuladas em uma rede de relações recíprocas, e por vezes antitéticas, que existem independentemente das operações mentais pelas quais venham a ser capturados. Complexo de ser que é por si mesmo e reage ao sujeito nas suas mais variadas formas de atividade, e não apenas na cognição. Objetividade que aponta, ao mesmo tempo, tanto para o caráter de por si da coisa, quanto à sua possibilidade de *vir-a-ser* objeto de uma dada atividade, inclusive do pensamento. Além disso, vale ressaltar que *Daseinsformen* apontam em seu sentido direto para formas do efetivamente existente, ou seja, das coisas, da mundaneidade, do concreto, e não do ser em sentido geral. Vê-se confirmado mais uma

³ Marx, Karl. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, In Marx/Engels: Werke, Band 42, Berlin: Dietz-Verlag, 1983, p. 40.

⁴ Para maiores esclarecimentos, remete-se o leitor à *A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*, conforme consta das referências deste artigo, tese de doutorado, da lavra do autor, em especial ao capítulo IV intitulado *O valor e suas formas*.

vez a natureza não especulativa do movimento cognitivo, pois, este não tem como pressuposto o ser em sua generalidade, mas a multiplicidade dos entes, dos quais cabe apreender *seu* ser, a forma nas quais as determinações de existência se articulam e o fazem ser o que é e como é.

A pesquisa, não obstante a sua aparência, não se reduz à pura recolha e justaposição empirista de caracteres, nem a posição destes num esquema silogístico qualquer. É o processo no qual as abstrações produzidas pela investigação da coisa, a extração de dados aspectos, perdem seu caráter simples e extremamente geral, ganhando em concretude e especificação. É a investigação de uma dada época concreta da produção humana, por exemplo, partindo de seu aspecto mais imediatamente constatável em direção à determinação de suas principais categorias, de suas formas de ser, passando pelo processo de extração – de abstração – de dentre seus elementos aqueles comuns a outros momentos histórico-sociais, bem como, e principalmente, daqueles que a distingue das demais. É um traçado no qual se tem em tela a *diferença específica* a cada ente ou processo estudado. Por exemplo, a determinação da forma social particular que assumem os meios e condições de produção da vida humana, bem como o intercâmbio, no modo de produção capitalista. Não é a subsunção da concretude a uma tipologia ou a um princípio gerais, mas a dilucidação das determinações particulares do concreto, assim como a sua reprodução pelo pensamento. É apreensão da síntese das categorias conforme sua articulação na realidade. Não se trata de simples “reflexo” ou “impressão”, mas de *tradução* da síntese concreta de determinações na forma da efetividade para a de uma síntese de determinações na forma do representado. Traduzir comporta, evidentemente, uma mudança necessária de registro. Frente às palavras de um dado idioma tem que se apresentar outras, na língua do sujeito que traduz, que comportem a rede de significados original e não apenas *um nome*. O que por si pode abrir caminho, involuntariamente ou não, ao adensamento ou mesmo à desvirtuação de sentido. De modo análogo, a tradução do concreto existente em concreto pensado exige não a introjeção pura e simples da coisa - entes ou processos - no cérebro ou uma representação imagética qualquer, mas a posição da rede de determinações numa forma específica de reprodução ideal.

É o exato roteiro que vai das abstrações razoáveis às determinações de existências - conforme tematizado também por Chasin em Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica - que se vê realizado na análise da mercadoria. Parte-se da mercadoria como *forma elementar* (*Elementarform*) da riqueza no mundo do capital para se alçar à identificação do valor como categoria determinante da produção (MARX, 1998, 23, p. 49). Forma elementar, por que modo de ser particular assumido pelos produtos da atividade humana vital no interior da sociabilidade capitalista, enquanto realizações do trabalho assalariado, inserido na troca entre força de trabalho e capital. O ponto de partida da análise marxiana não é o valor, que é exatamente o que cabe ser

elucidado, nem muito menos o “conceito de valor”, mas a mercadoria tal qual ela é na efetividade, na mundaneidade do capital. Neste sentido, Marx nunca parte de conceitos, mas da coisa tal qual ela se apresenta, para, através da sua análise, da investigação da série de suas determinações, das mais aparentes às mais essenciais, alcançar um conjunto de categorias simples que conformem a “lógica” da coisa estudada. No caso específico da mercadoria, valor e valor de uso, na sequência, trabalho abstrato e trabalho concreto, e a partir daí num movimento crescente de especificação, a delimitação do trabalho abstrato, “simples gelatina de trabalho humano social”, *sans phrase*, como *substantia* do valor da mercadoria (Cf. MARX, 1998, 23, p. 56-61). O caminho assim percorrido pela atividade do conhecimento começa tomando a mercadoria em sua aparente simplicidade, com a qual os agentes da troca estão acostumados e nela imersos, bem como de opacidade imediata, para chegar à mercadoria como figura desvelada, um *plenum* de determinações de existência. Momento final este em que agora se torna visível não somente um conjunto de abstrações, mas a articulação das mesmas, as quais perfazem a coisa como ente enquanto tal. Articulação esta parametrizada pela identificação precisa do que constitui o *momento predominante (übergreifendes Moment)*, da categoria que determina em última instância a forma de ser específica do objeto. Momento, ou elemento constitutivo duma dada totalidade de determinações, o qual delimita a natureza da relação entre as categorias. No caso da mercadoria, o valor, e sua substância, o trabalho abstrato. Não que as demais categorias sejam simplesmente negadas em sua vigência ou existência, mas estas têm definida sua esfera em relação àquela que delimita a coisa como coisa específica. Assim, o valor não pode existir, na pura abstração, *par soi même*. Tão somente o é pela sua existência como determinação social de dado produto do trabalho humano concreto. Entretanto, não é por ser apenas produto do trabalho, dirigido a uma necessidade específica, que algo se torna mercadoria. Um produto não é por si imediatamente mercadoria, somente o é sob a condição de ser também imediatamente, *ser-para-outro*, ser para a troca, realização e relação de trabalho social geral incorporado num valor de uso. Daí a regência ser do valor, da categoria através da qual a trocabilidade universal das coisas e atividades é efetivada como aspecto imanente ao produto. Realização do trabalho humano na particularidade histórica da troca de força de trabalho por salário. Como momento predominante da forma mercadoria, o valor é uma determinação central obtida pela análise da efetividade da mercadoria, e não um pressuposto analítico ou princípio do qual se deduziriam as demais formas como modos de sua existência particulares. A este respeito, num manuscrito datado de pouco antes de sua morte, Marx observa contra Adolph Wagner, crítico alemão de sua obra que atribuía à categoria valor papel similar àquelas desempenhadas nos sistemas filosóficos pelas ideias “claras e distintas” – das quais se deduz o mundo – que,

(...) eu não divido o valor em valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o ‘valor’, mas afirmo que a forma *social*

concreta do produto do trabalho, da ‘mercadoria’, é por uma parte valor de uso e por outra parte ‘valor’, não valor de troca, posto que este é uma simples forma de manifestar-se e não seu próprio *conteúdo* (MARX, 1962, p. 369).

O que se tem desenhado, ainda que sumariamente, na analítica da coisa mercadoria, poderia ser descrito como um método? Por certo um caminho dado foi percorrido, mas valeria ele para todo e qualquer objeto? O que podemos observar não é o exercício de uma metodologia universal ou a descrição de *uma chave* de interpretação dos fenômenos, mas um simples roteiro de percurso. Passos por meio dos quais se atravessa as sendas de aspectos e elementos de uma dada concretude, uma via que não está dada, mas que se percorre. Neste sentido, e apenas neste, talvez, um *método* (*μέθοδος*), um caminho que se segue em direção a um algum objetivo ou lugar. A palavra grega que é marxianamente tomada em seu sentido o mais literal, pois, há apenas caminhos específicos para o desvelamento da verdade de coisas específicas. Da mesma maneira que somente caminhos específicos podem nos levar a lugares específicos. Certamente, caminhos e atalhos, desvios e bifurcações, podem nos levar, como roteiro alternativo ao destino. Mas isso ao preço de nos perdermos em sendas e, mesmo, nos afastar-nos demasiado do objetivo.

Assim, como nem todos os caminhos não nos levam a todos os lugares, sendo o roteiro definido pelo objeto, o conhecimento, ao menos em seus inícios, não possui um mapa detalhado de antemão. Resta-nos o parâmetro oferecido pela própria coisa, não havendo uma fundação *a priori* que decida a questão do saber anteriormente ao próprio saber. Portanto, todo movimento de conhecimento é uma caminhada pelas escarpas tortuosas do objeto enfrentado. Marx assim se acha aqui em franca oposição a toda a tradição filosófica moderna anterior. Para essa, a posse de *um* método seria a garantia de verdade da ciência. Em consequência, o momento de prefiguração da subjetividade do pesquisador seria o momento central de constituição do saber, e o objeto, um produto do modo de concebê-lo. Na obra marxiana dá-se o oposto, a cientificidade tem seu *fundamento* na investigação minuciosa das determinações da coisa sob o mando da própria coisa tornada objeto da atividade científica. Neste sentido, afirmamos com Chasin, com certa tranquilidade e uma dose inevitável de ousadia que, “a rigor não há uma questão de método no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p. 89). Melhor ainda, não haveria sequer método *strictu senso*, “se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas, preliminarmente estabelecida, que sustente, ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento” (CHASIN, 2009, *idem*). Assim sendo, nunca ocorre em Marx uma preponderância da questão do conhecimento, da sua possibilidade ou das vias de se atingi-lo. Não que isto seja descuidado. Mas é de muito evidente o fato de que tais questões somente apareçam referidas após um dado percurso, mais ou menos acabado, no qual certa articulação do material se torna coerentemente apresentável. Disto é testemunha o lugar destinado por Marx à questão do

método da economia política na supracitada Introdução de 1857, como terceira parte, após a dilucidação das relações entre produção, consumo, troca e distribuição no interior da produção de mercadorias. Igualmente a questão da possibilidade da verdade do conhecimento, que depende mais da determinação histórico-social do pensamento, do *Standpunkt* no qual se faz a ciência, do que da posse de uma metodologia especial. A este respeito, vale referir a análise, feita por Marx no mesmo posfácio a segunda de *O Capital*, acerca da impossibilidade social da economia política na Alemanha de seu tempo, na exata medida do descompasso da realidade alemã com aquela predominante nas duas outras potências europeias (Cf. MARX, 1998, p. 19-22).

De toda esta questão resulta não haver em Marx também uma garantia prévia da verdade, ainda que possa haver verdade, a obtenção de um dado conhecimento pela investigação e exame da coisa. Neste contexto, Marx se situa a uma segura distância tanto frente à tradição epistemológica moderna, a afirmação da garantia *a priori* do verdadeiro mediante a posse de um método universal de conhecimento, quanto da pura negação *in limine* da possibilidade do conhecimento do verdadeiro. Essa última, advogada pelas diversas correntes que compartilham do *perspectivismo*, que caracteriza a linhagem filosófica de origem em Nietzsche, a qual desaguou nas várias propostas de hermenêuticas surgidas no decorrer do século XX e ainda vigentes. A possibilidade do conhecimento, na obra marxiana, é afirmada como evidência da relação prática com o mundo e a aproximação para com o verdadeiro é posta como meta a ser alcançada mediante o exame da efetividade e o descortino das determinações que a enformam objetivamente. O método somente obtém uma fisionomia própria e eficiente na medida em que seja necessariamente remetido ao caráter particular da objetividade que se visa conhecer. Neste sentido, é essencial o problema do estatuto das categorias que perfazem o complexo tornado objeto em sua conformação efetiva e independente da própria aproximação. Não são estas, no que tange à determinação ontológica, puras formações engendradas pelo método ou ordenadas no contexto epistemologicamente dado. Mas como *determinações de existência* parametrizam obrigatoriamente o caminho até a apreensão de causalidades e relações. O campo dos procedimentos se circunscreve pelo teor sintético da realidade, o que põe a *analítica* na linha mestra da aproximação. Processo de análise que não possui um instrumental unívoca e abstratamente identificado para sua operacionalização. Ao contrário, o talhe do recorte e de suas ferramentas depende, de um lado, da natureza da coisa a ser teoricamente compreendida, e, de outro lado, da determinação objetiva do sujeito que procede à analítica, uma vez que este não pode ser considerado mais uma *subjetividade pura* pairando acima ou ao lado da mundaneidade convertida em *extensão*. A delimitação do sujeito como ente realmente existente e historicamente determinado, o situa, ao menos inicialmente, no interior de uma relação na qual se trata de apreender, de apropriar-se - aqui na forma da representação conceitual - de uma dada

concretude efetiva. Apropriação que, no caso específico da realidade social, tem de concretizar-se pela mediação da análise conceitual de momentos reais, conquanto "Bei der Analyse der ökonomischen Formen kann außerdem weder das Mikroskop dienen noch chemische Reagentien, Die Abstraktionskraft muß beide ersetzen" (MARX, 1998, p. 12). Estremar os contornos dos procedimentos adequados à análise das formas econômicas não é portanto uma empreitada que possa ser realizada na assepsia epistêmica de uma teoria *a priori*, é, ao contrário, uma tarefa concretizável em consonância com o talhe definido e específico do objeto em sua textura própria.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Antônio J. Lopes. **A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das *Daseinsformen***. Tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.
- CHASIN, J. **Marx. Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- LUKÁCS, György. **Princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Sociais, 1979.
- MARX, Karl. **Das Kapital, erster Buch**, In Marx-Engels Werke, Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998.
- _____. **Die Methode der politischen Ökonomie – o método da economia política, terceira parte**, In Coleção Primeira Versão, volume 71 edição bilíngue. Campinas : IFCH/Unicamp, 1997.
- _____. **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**, In Marx/Engels: Werke, Band 42, Berlin: Dietz-Verlag, 1983.
- _____. **Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- _____. **O capital, livro I**, In Coleção Os Economistas, volume Marx I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. **Randglossen zu Adolph Wagners „Lehrbuch der politischen Ökonomie“**, In Marx-Engels Werke, Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1962.